



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME  
GOVERNO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO MENINO MIGUEL  
OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E PREVENÇÃO ÀS DROGAS  
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS  
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – FADURPE  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

**JOANA D'ARC FERREIRA**

**“FOME NO BRASIL, FOME PRA VALER, NÃO EXISTE!”**

Um olhar do Serviço Social do CRAS, face às estratégias de combate a fome no Município de Barreiros-PE

**Recife/PE**

**2023**

**JOANA D'ARC FERREIRA**

**“FOME NO BRASIL, FOME PRA VALER, NÃO EXISTE!”**

Um olhar do Serviço Social do CRAS face às estratégias de combate a fome no Município de Barreiros-PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a conclusão da especialização em Políticas Sociais.

Orientador(a): Jedivam Maria da C. Silva

**Recife/PE  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

J62 Ferreira, Joana D'arc

“FOME NO BRASIL, FOME PRA VALER, NÃO EXISTE!” Um olhar do Serviço Social do CRAS face as estratégias de combate a fome no Município de Barreiros-PE / Joana D'arc Ferreira. - 2023.

47 f.

Orientador: Jédivam Maria da C. Silva. Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Fome. 2. Insegurança Alimentar. 3. Questão Social. 4. Serviço Social. I. Silva, Jédivam Maria da C., orient. II. Título

CDD 320.6

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do grau de Especialista em Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e aprovado na sua forma final, atendendo as normas vigentes.

---

Aluna

Trabalho de Conclusão de Curso entregue em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador (a) Prof<sup>ª</sup>. Jedivam Maria da Conceição Silva

---

Examinador (a) Prof<sup>ª</sup>. Anderson Rafael Lima da Silva

---

Examinador (a) Prof<sup>ª</sup>. Mallon Francisco Felipe R. De

Aragão

---

Coordenador(a)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por, ao longo deste processo complicado e desgastante, me ter feito ver o caminho, nos momentos em que pensei em desistir.

Aos que me conhecem sabem que eu me perco falando da minha família, se vocês os conhecerem irão entender o porquê. Devo todas as minhas conquistas a minha mãe Sandra, que conheceu a vida de forma dura, porém nunca se acovardou, não se limitou a rótulos e criou a mim e as meus irmãos, sozinha, para que não aceitássemos menos do que merecemos.

Não foi fácil, conciliar dois empregos, problemas familiares e uma especialização, porém quem escolhe para a vida, ser Assistente Social, tem na sede por justiça o renovo de cada dia. Devo agradecer pela minha família formada em sua maioria por mulheres, em especial a minha tia Gabriela, meu alicerce que contribuiu muito para que eu criasse uma certa resiliência, e resignificasse, o porquê de ter feito a escolha por Serviço social.

Aos usuários dos serviços/Equipamentos que trabalho, tanto no Hospital Fundação Altino Ventura, quanto no CRAS, minha eterna gratidão, foi por meio dos atendimentos diários, que me interessei por fazer a discussão deste trabalho. Gratidão aos meus colegas de trabalho, que nos dias de cansaço, me acolheram, incentivaram e renovaram minha fé em mim.

Aos professores da especialização dedico meu carinho, foi um enorme privilegio partilhar do mesmo espaço que vocês, referências no trabalho no SUAS, obrigada pelo processo como um todo, estar com profissionais como vocês, foi de suma importância para minha construção profissional.

Gratidão a minha orientadora Jevivam, que com sua ternura, escolheu ser minha orientadora, teve paciência, carinho e nos meus dias ruins, teve empatia, essa estará para sempre em meu coração.

Aos meus sobrinhos, Rodrigo e Helena minha gratidão eterna, é por vocês todos os meus esforços. Suportei noites mal dormidas, palavras negativas e o desgaste físico do meu corpo, pois sempre lembrava de vocês e do orgulho que expressaram de mim, foi isso que me manteve de pé.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as famílias do PAIF, do CRAS do Município de Barreiros-PE, que vivenciam a fome, porém resistem, sofrem, mas não desistem. Foi por meio dos atendimentos, acompanhamento de grupos e visitas domiciliares que pude enxergar a importância das Políticas Públicas, na vida dessas famílias, e dimensionar o impacto de promover o acesso digno a elas por meio dos programas e projetos via SUAS.

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo abordar a temática acerca do papel do serviço social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/ Barreiros-PE) face as ações municipais de combate à fome. Estabelecendo uma reflexão do contexto pós-pandêmico, a fim de analisar o cenário socioeconômico do município em tela, e o papel do serviço social na democratização das ações municipais de enfrentamento a fome, por meio de uma linha de compreensão que permita refletir acerca do contexto atual e seus impactos no processo de sociabilidade. Discutindo a questão da fome, da pauperização, o acesso dos usuários do CRAS as políticas de enfrentamento da questão, bem como suas causas e consequências, abordando a temática nos seus aspectos históricos e teóricos, estimulando a reflexão, dispondo da compreensão das categorias, questão social e pobreza, tendo o Município de Barreiros-PE como base de análise territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fome, Questão Social, Serviço social.

## Sumário

1. Introdução	6
2. Memorial	10
3. Um breve resgate histórico da origem da desigualdade social no brasil	13
3.1 Questão social: a fome como expressão da desigualdade social	16
3.2 A fome como fenômeno social no capitalismo	19
3.3 A fome no contexto da pandemia da covid-19	21
3.4 Serviço social e a política pública	24
3.5 A alimentação enquanto direito social e a fome enquanto moeda de manobra para ações assistencialistas	25
4. Projeto de Intervenção	27
4.1. Contextualizando o cenário	27
4.2 Justificativa	28
4.3 Caracterização territorial do campo de pesquisa	29
4.3.1 Dados econômicos	31
4.3.2 Dados da saúde	32
4.4 O CRAS na política de Assistência Social	33
4.4.1 O serviço social no equipamento	35
4.5 Ações municipais de combate a fome	36
4.5.1 Benefício eventual cesta básica	37
4.5.2 Leite para todos	37
4.5.3 Geladeira solidária	38
4.5.4 Cozinha comunitária	38
4.5.5 Programa PAA	39
4.5.6 Cursos de qualificação profissional	39
4.6 Objetivos:	39
4.6.1 Geral:	39
4.6.2 Específicos:	39
4.7 Atividades	40
4.8 Metodologia	40
4.9 Cronograma	41
5. Considerações finais	42
Referências	44

## 1. Introdução

Este trabalho de conclusão da especialização em políticas Públicas, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tendo a fundamentação no meu espaço de trabalho, no qual encontro-me na condição de coordenadora do equipamento, que ao perceber uma riqueza de elementos da esfera social, através do acompanhamento das referidas famílias, desenvolvi o interesse em discutir a temática e seus impactos sociais.

O título, faz referência a uma fala do ex presidente da República, Jair Bolsonaro, que repercutiu nas mídias sociais, quando diz que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo” (G1 Brasília, 2019).

A concepção de fome apresentadas em discursos pelo representante do povo, durante os anos de 2019 a 2022, evidenciam uma fome estética, que gera incomodo aos que precisam enxergá-la de forma superficial, nos poucos momentos em que os seus privilégios sociais são confrontados com uma realidade que segundo o último senso do IBGE, evidencia um aumento de 48,2% da pobreza extrema no Brasil. Esse aumento significa que 5,8 milhões de pessoas se encontra com dificuldade de garantir a sua sobrevivência, tendo em vista a estimativa econômica de que esses indivíduos vivam em média, com uma renda estimada em R\$ 168,00 por mês.

A partir da compreensão do contexto socioeconômico, por meio do recorte ao Município de Barreiros, refletirei sobre os impactos desse cenário na realidade das famílias acompanhadas pelo PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Contexto que se caracteriza em determinados casos, em detrimento de uma desigualdade crônica e em outros, tornaram-se vulneráveis, após os agravos oriundos da Pandemia da Covid19.

Traçando uma linha de compreensão que permita refletir acerca do contexto atual e seus impactos no processo de sociabilidade. Discutindo a questão da fome e da pauperização, e o acesso dos usuários do CRAS as políticas de enfrentamento da questão, bem como suas causas e consequências.

Em virtude do contexto socioeconômico, do Município em tela, manifesto o interesse em analisar a contribuição do equipamento na democratização das ações municipais de enfrentamento a fome e qual o papel do serviço social, tendo em vista que trata-se de uma categoria profissional, que em sua gênese, surge como respostas as problemáticas oriundas da ascensão do modelo de produção capitalista tendo relação histórica com a pobreza.

Apoiados no chamado de Josué de Castro, que no livro Geografia da fome (1946) visou

desnaturalizar a fome e abordá-la como um fenômeno social, buscarei, como subsídios a discussão que este trabalho pretende explorar, abordar a fome, nos seus aspectos histórico e teórico, estimulando a reflexão, dispondo da compreensão das categorias, questão social e pobreza, tendo o Município de Barreiros-PE, como base de análise territorial.

Nesta perspectiva, busco refletir e ampliar o conhecimento, acerca desta expressão da questão social, elaborando um projeto que provoque a análise e a discussão para além dos muros do CRAS, sendo esta a primeira pesquisa realizada no referido equipamento.

Os problemas da sociedade capitalista brasileira, tais como pobreza, desemprego, falta de regulação da força de trabalho, educação básica etc., passam a ser inseridos na arena política, tornando-se problemas da sociedade que requerem uma resposta por parte do Estado (PASTORINI, 2004, p. 92- 93).

Baseado na discussão teórica, provocada pela autora citada, o projeto discutirá a fome como uma expressão da “questão social”, refletindo, esta categoria social, como fenômeno oriundo do modelo de produção capitalista. Tornando-se necessário estabelecer no debate a distinção entre fome e insegurança alimentar. Com a finalidade de romper com a concepção generalista do senso comum, que tende a condicionar toda falta de nutrientes a fome, por meio de uma ideia, baseada na estética, que coloca a os corpos magros a ausência de alimentação, sendo imprescindível, analisar que a fome não necessariamente está condicionada a miséria extrema. Partindo da compreensão de que no mundo a fome, pode acontecer de formas diferentes, podendo ser temporária, transitória ou crônica. Já a insegurança alimentar, corresponde a falta de alimentos saudáveis e de valor nutricional adequado para o desenvolvimento do ser humano. Refletindo então a influência da fome sobre o comportamento humano, evidenciando a importância de estabelecer uma separação da eventualidade da fome em tempos pandêmicos/calamidade e a fome crônica.

Partindo dessa concepção é importante, traçar uma linha de identificação do perfil dos usuários que buscam o CRAS do município de Barreiros-PE, com o intuito de acessar o benefício eventual cesta básica. E refletir o cenário econômico contemporâneo, pós pandêmicos que dificulta o acesso a alimentação garantido no art. 3 da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

Nesta perspectiva o aporte teórico-metodológico do estudo considerando a temática a ser explorada, assumirá a abordagem qualitativa, conforme explica Minayo:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007, p. 21).

O estudo se constitui tendo como base a revisão das produções teóricas, na qual realizou-se também a pesquisa documental, com objetivo de coletar dados sobre o Município a fim de estabelecer substrato para a leitura crítica da realidade estudada, reduzindo a distância entre o pesquisador e seu

objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (LAKATOS, 2009, p.185).

Com o intuito de maior aproximação com o tema, serão realizadas leituras dos prontuários das famílias acompanhadas no PAIF, pesquisas bibliográficas sobre a categoria apresentada, análise do diagnóstico sócio territorial permitindo, por meio da realização de leituras de livros, revistas, artigos científicos e páginas eletrônicas, a construção e entendimento desta demanda apresentada ao serviço social.

Nesta perspectiva, o trabalho foi dividido, a partir da construção do meu Memorial ao qual escolhi escrever, estabelecendo uma ordem cronológica da minha vida, da minha construção enquanto trabalhadora do SUAS e como Assistente Social, tendo em vista que minha atuação na assistência, foi determinante na escolha da profissão que eu queria para a vida. Acredito que esse processo facilita a compreensão da minha relação com a Política de Assistência e como o processo formativo, vem construindo caminhos que fortalecem minha atuação.

O capítulo conceitual, será voltado a um resgate, histórico da desigualdade social no Brasil trazendo no subtítulo, a discussão da fome como fenômeno social do capitalismo tardio, um resgate, e seus impactos na formação societária do processo de desenvolvimento, que reproduz distintas formas de exclusão, de violência, de pobreza, de condições mínimas de sobrevivência, ressaltando que a maior parte da população, que acessa historicamente a fome no Brasil tem classe, raça e gênero.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO e CARVALHO 1983, p. 77).

No subtítulo seguinte, serão discutidas a concepção da questão social, a fome no sistema capitalista contemporâneo, a partir de uma análise do contexto de insegurança alimentar. Salientando, uma sistematização do contexto da fome no período da pandemia da COVID-19, estabelecendo o recorte para o município de Barreiros-PE, por meio da análise dos dados dos últimos anos, a fim de promover um recorte para os impactos na realidade dos munícipes que residem no território de intervenção desta pesquisa.

De acordo com Silva (2020), a história tem nos mostrado que a capacidade individual e coletiva de se proteger contra a devastação das epidemias varia significativamente entre as classes e



grupos sociais. Da peste bubônica no século XIV à Covid-19 no século XXI, as classes sociais mais

pobres e os grupos sociais marginalizados têm sido os mais atingidos devido às más condições de vida dessa parcela da população.

De acordo com a citação acima, as classes sociais foram afetadas em dimensões distintas, sendo os indivíduos pauperizados, mais suscetíveis as vulnerabilidades, que perpassam desde a ausência de mascaras descartáveis até a impossibilidade de permanecerem em casa, uma vez que precisavam trabalhar para garantir seu sustento. No tópico 4 do capítulo conceitual será abordado sobre o Serviço social e direito à alimentação. Nos subtítulos 4.1 será apresentado a caracterização territorial do campo de pesquisa, no 4.2 a análise da alimentação enquanto direito social: a fome enquanto moeda de manobra para ações assistencialistas e no 4.3, o papel do Serviço Social do CRAS face o enfrentamento a fome no Município de Barreiros, com a finalidade de refletir as percepções do profissional em relação a alimentação como um dos direitos sociais, cuja responsabilidade de sua garantia e execução é do Estado.

Para finalizar, o tópico 5 será voltada a explanação do projeto de intervenção, que foi oriundo da produção teórica desta pesquisa, e resultou em um produto, de suma importância na eficácia do processo de trabalho do profissional de Serviço Social, juntamente com todos os profissionais/Equipamentos, gestores Municipais e usuários que compõem o SUAS, construindo caminhos para análises futuras que possam, de forma significativa, contribuir para a articulação com políticas públicas.

Na condição de especialista, resalto a importância de refletirmos de forma crítica, por meio de análise histórica, sobre a divisão societária posta pelo sistema capitalista, tendo a fome, enquanto categoria social e suas implicações com foco principal os recortes de gênero, raça e classe social, em que por meio das análises instituídas ao longo do processo formativo, seja possível instigar nesta pesquisa discussões concernentes, para estabelecer reflexões que venham a contribuir de forma peculiar na construção de novos horizontes, tendo como base o homem e as relações sociais. Onde seja possível por meio do conhecimento da problemática, analisar a realidade e propor discussões em espaços profissionais e coletivos, para elaboração de medidas e ações efetivas no tocante as famílias acompanhadas no CRAS, entendendo em que contextos esses usuários estão inseridas e de onde parte sua fala dentro de um sistema de opressão e hierarquização interseccional, podendo torna-se base para futuros estudos e mecanismos que contribuam com uma intervenção voltada a cidadania, emancipação, equidade e justiça social, por meio de uma concepção democrática, que discuta a Fome, como categoria estruturante, oriunda das desigualdades sociais.

## 2. Memorial

O presente memorial tem o objetivo de apresentar minha trajetória acadêmica, até a inserção na Especialização em Políticas Públicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Sou Joana D'arc Ferreira, preta, barreirense, filha de Sandra Maria Ferreira Amâncio, Pai desconhecido, como tantas outras brasileiras. Irmã de Sabrina, Juliana, Luiza e Vinicius. Conheci a secretaria de Ação Social do Município de Barreiros /PE, em 2014, quando fui convidada a integrar a equipe de um Projeto Técnico Social, da Caixa Econômica Federal, por meio de execução direta da Prefeitura do Município supracitado. Em virtude de o município dos Barreiros integrar a Bacia do Rio Una, que se caracteriza pela confluência de vários rios; sendo ainda banhado pelos rios Carimã e Itaperibu, em 2010 esta região sofreu fortes enchentes, sendo este município um dos mais afetados. Tal fenômeno trouxe consequência de difícil mensuração do ponto de vista econômico e social. Segundo dados da Defesa Civil do município, aproximadamente 5.000 famílias ficaram desabrigadas; destas aproximadamente 3.000 perderam suas residências.

Cenário que demandou a intervenção junto à comunidade, na promoção do fortalecimento dos vínculos comunitários. Ao qual foram desenvolvidas atividades com as famílias alocadas após as enchentes. O trabalho consistia no acompanhamento de 250 famílias, as quais correspondiam a um média de 2.200.00 pessoas. Ao compreender que a intervenção se lastrear na avaliação do espaço no qual se atua e/ou se pretende intervir, o trabalho propiciou conhecer os equipamentos comunitários, tais como: praças, serviços socioassistenciais, mecanismos de geração de renda, infraestrutura, reflexão do papel da rede intersetorial, entendendo a importância desses para que o serviço a ser ofertado gere impacto e seja significativo para a população.

Atuei na construção do diagnóstico socioterritorial que se deu por meio da busca por adentrar na comunidade, integrar-se à população, conhecê-la para além dos estigmas e impressões postas. Este contato direto com a população propiciou um entendimento mais próximo das demandas reais da comunidade, permitindo assim elucubrar intervenções mais pertinentes. Os dois anos, que passei a frente do Projeto, instigou meu interesse em cursar uma graduação que pudesse proporcionar arcabouço teórico para uma intervenção que a proporcionasse intervenção na realidade dos munícipes da minha cidade de origem, onde nasci e vivenciei na pele as fragilidades de rede e descompromisso coma efetivação dos direitos sociais.

Ingressei na Universidade Católica de Pernambuco em 2016.1 através de concorrência no sistema de cotas de bolsa no PROUNI, a qual fui contemplada com bolsa de 100%, conclui o curso em Serviço Social em 2019.1

Durante o período de formação acadêmica, passei a fazer parte do grupo de pesquisa em raça,

gênero e políticas públicas da UNICAP, ao qual sou integrante desde então. Fui aluna do Pibic, onde produzi alguns artigos, sobre “Erotização e objetificação da mulher negra”, “Desafios e possibilidades da implementação da lei 10.639/03” e “Desafios da mulher negra na sociedade contemporânea”. Durante o processo de produções e leituras, passei a me reconhecer como mulher negra e desde então encontro-me em processo de desconstrução e luta pelo fim do racismo, que estrutura as relações sociais e refletem diretamente nas expressões da questão social.

Ao serviço social é cobrada a reflexão crítica acerca dessas expressões da questão social e os seus impactos no processo de sociabilidade. Para Iamamoto (1999), o debate é uma realidade para categoria, uma vez que um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de compreender e desmitificar a realidade construindo propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

No sexto período passei na seleção de monitoria, para a disciplina de Questão Social em 2018.2. Processo que oportunizou experienciar muitas trocas e reflexões, mesmo tendo cursado essa disciplina na grade curricular da universidade, a monitoria permitiu acessar as discussões por uma outra perspectiva. Acredito que por estar em processo de conclusão de curso, e já estar em contato com o mercado de trabalho, através do estágio remunerado, revisitar alguns textos, estando ao lado do professor, permitiu uma maior síntese ao relacionar os autores com a prática no dia a dia com os usuários.

Nos últimos dois semestres da graduação, quando houve a oportunidade do estágio prático, realizei estágio na área da Saúde. Após a conclusão da graduação, em novembro 2019, fui efetivada na Fundação Altino Ventura onde permaneço, atuando na Política de Saúde, onde reflito os fenômenos socioculturais e econômicos, que reduzem a eficácia dos programas de prestação de serviços no setor, seja ao nível de promoção, proteção e ou recuperação da saúde.

Em fevereiro de 2021 estive como Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), espaço profissional ao qual coordenei uma equipe composta por seis educadores sociais e um auxiliar administrativo. Em um contexto pós-pandêmico, ao qual o equipamento não tinha identidade, os usuários não conheciam a política. O período oportunizou refletir, o que prevê a LOAS/1993 através dos princípios e diretrizes à Assistência Social, diante da efetivação dos direitos sociais por meio dos serviços, programas e projetos, como disposto no Art. 1º. Art. 1º.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

No ano de 2022, fui convidada pela gestão para Coordenação do Centro de Referência em

Assistência Social (CRAS), onde me encontro atualmente, ambos os equipamentos são localizados no município de Barreiros- PE. Urge mencionar que durante este período foi possível exercitar de forma ampla o papel na área da Assistência Social, já que há a necessidade de lidar e intervir nas mais diversas situações, como: elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura.

Entendendo que o processo de formação não termina na graduação, e que a intervenção da realidade perpassa a necessidade de estudo das diversas dimensões que compõem o universo do trabalho e sua relação com o sistema econômico capitalista, realizei a inscrição na Especialização em Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

De acordo com Bauman (2001), pensar a educação na contemporaneidade é desafiador, por envolver a construção de um pensamento complexo, aberto e livre, correlacionado a uma capacidade de contextualização e integração de múltiplos saberes dentro de um universo de constantes mudanças e fluidez.

No decorrer das aulas discutimos e refletimos, acerca de diversas questões, e em todos os momentos, ficou evidente a necessidade de investir/aprimorar a política de capacitações e educação permanente com os profissionais do SUAS. É pertinente refletir, tendo como base as experiências descritas pelos alunos de turma, diante das dificuldades vivencias, no que se refere a precarização do ensino superior, herança histórica das políticas públicas, enquanto moeda de troca e reforço da caridade e filantropia e a instabilidade dos cargos de trabalho em virtude do joguete político, que se intensificam nas cidades do interior, são uns dos tantos condicionantes que dificultam a atuação profissional.

A especialização é um espaço formativo, para que os profissionais que compõem o SUAS, possam contribuir para uma reflexão e evolução da política de assistência social, que compreendam as características do mundo do trabalho na contemporaneidade e suas interferências no dia a dia dos profissionais do SUAS. Neste sentido a política de educação permanente, tem o a finalidade de qualificar os serviços, programas socioassistenciais e de controle social. A fim de garantir a centralidade nas práticas profissionais de reconhecimento dos saberes, por meio da perspectiva político-pedagógica.

Como discutido por Paulo Freire (2003), pensar educação perpassa entendê-la como uma prática necessariamente permanente, por sermos historicamente, sujeitos preocupados com o futuro, somos fadados a um processo incessante de formação. Está intrinsecamente vinculado a necessidade humana, de construir, a liberdade e romper com o determinismo. Diante da oferta de formação busca considerar as reais necessidades de aprimoramento conceitual, ético político e metodológico,

incorporando o contexto social em que as realidades são construídas.

A especialização proporcionou um espaço de reflexão entre teoria e prática, dentro e fora da estrutura de trabalho, visando a promoção de conhecimentos e atitudes, engajadas com a atuação profissional do SUAS. Enquanto profissional na ponta da execução das atividades do equipamento, como a dimensão do CRAS, identifiquei a necessidade de aprimorar a gestão da política estadual de assistência social diante da necessidade de estimular junto aos gestores municipais a construção de um diagnóstico situacional, que estimule, mediante este diagnóstico, a realização de capacitações continuadas, na condição de exigência, dentro das ações, com o intuito de promover o acesso dos funcionários a refletir e dialogar, com a realidade dos territórios, dimensionando o campo de atuação e buscando respostas amparadas pelo que prevê a Lei 12.435/2011, a fim de suprir as fragilidades da referida política já conhecidas e que, provocando os gestores a estarem mais atentos para esses aspectos.

### **3. Um breve resgate histórico da origem da desigualdade social no Brasil**

Para dar início a discussão, é pertinente trazer uma breve análise sobre a evolução econômica e sua intervenção na construção do território brasileiro. Tendo em vista que esse processo está na base da concepção das desigualdades sociais no país a partir do Brasil Colônia.

Ao fazermos um recorte para discutir como se deu a construção societária no Brasil, levando em consideração a divisão do trabalho e as transformações provenientes desse processo, é pertinente apresentar, ainda que resumidamente neste trabalho monográfico, os modos de produção imbricados na construção econômica do País, tendo como viés a mudança da manufatura para o capitalismo, destacando a chegada dos Portugueses ao País em 1500, via expansão mercantilista europeia, que viram aqui uma plataforma para a produção de matéria-prima para o velho mundo, tendo como pano de fundo inicialmente a exploração da mão de obra oriunda dos povos nativos.

Dentre os povos originários da formação social brasileira explorados pelos colonizadores, os índios eram pagos por meio de escambo, porém a coroa portuguesa não tinha controle do trabalho feito por eles, pois qualquer português poderia dar início à produção e extração de recursos no Brasil, sem notificar o rei, dificultando a obtenção de impostos. Esta condição culminou como um dos pontos significativos para o uso de uma outra fonte de mão de obra, além do fato da cultura indígena ser embasada na produção voltada à manutenção das necessidades básicas. Ademais, as tribos não tinham o ritmo necessário e não apresentavam um contingente de índios suficiente para atender as demandas dos colonizadores. Como na África o comércio de escravos já existia desde o século II.a.C., baseada na cultura em que tribos guerreavam e a que perdia servia a tribo vencedora, foi percebido pelos

colonizadores que os povos africanos atendiam os anseios da Europa, configurando o perfil do regime que a coroa portuguesa buscava aplicar no Brasil para obtenção de lucro.

Piazza (1999) aborda que o fracasso da tentativa de escravizar o indígena, em virtude da oposição da doutrina da Igreja Católica, sobretudo da companhia de Jesus que visava catequizar o povo local, não restou outra “alternativa”, senão a escravização africana. A partir do século XVII o índio se transformou em mão de obra secundária, que no princípio era barata e lucrativa, se tornando desgastante e dispendiosa, tornando o Brasil um dos maiores importadores de negros escravizados na época, homens negros e mulheres negras trazidos contra sua vontade para serem explorados como mercadorias, tendo sua força de trabalho utilizada como ferramentas econômicas. “O tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravos. Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas”. (NINA, 2010. p.63)

Dentro da perspectiva econômica, o Brasil viveu ciclos de exploração que se iniciou pela exploração da madeira oriunda do pau-brasil, que em decorrência à escassez dessas árvores, levou consigo o ciclo da economia embasada no escambo. Posteriormente, veio o plantio do açúcar que não era produto essencialmente brasileiro, visto que seu consumo já existia em outros países europeus, porém com preços altos, pois a produção ainda se dava em baixa escala, evidenciada diante da necessidade de consumo, como material de estima, ao apresentar um caráter de luxo, que poucos tinham acesso.

Em relação ao processo latifundiário, o território brasileiro passou a ser dividido pelos portugueses. No século XVI aumenta-se a produção de açúcar, que se torna o principal artigo do comércio mundial, tendo os colonizadores como maiores produtores, após a fundação do primeiro engenho de cana-de-açúcar, em 1533, atendendo mudanças sócio-políticas-culturais por aproximadamente dois séculos.

Ao entendermos como se deu esse processo e a contribuição da força escravagista para o desenvolvimento econômico do Brasil, podemos refletir sobre a base que estrutura a construção social neste País, evidenciada por Chiavenato:

Podemos observar através dos ciclos produtivos existentes no Brasil, do século XVI ao XIX, que mudavam os produtos (açúcar, mineração, café, os principais produtos de exportação), mas as formas de produção permanecem ao longo dos séculos, “a monocultura, o grande latifúndio e o escravo negro formarão a base econômica do país”. (1986, p. 28).

Durante o processo de constituição da economia brasileira que se estendeu praticamente por quatro séculos, a mão de obra escrava esteve presente como principal fonte de recurso. O escravo era privado de sua humanidade, não possuía nenhum direito e nem reconhecimento como ser humano. Eis a imagem/condição social e historicamente construída pelos colonizadores sob homens e mulheres escravizados:

Um instrumento de trabalho, uma máquina, não passível de qualquer educação intelectual e moral, sendo que mesmo da religião pouco se cuidava. [...]. Eram reduzidos à condição de coisa, eram até mesmo denominados oficialmente de peças, fôlegos vivos, que se mandavam marcar com ferro quente por castigo ou sinal como gado. (MALHEIROS, 1976, p. 31).

Observando os ciclos de crescimento do Brasil, citados acima, sobressai o conceito de que sempre existiu uma massa de excluídos que não colheu os frutos da riqueza produzida é passível de compreender as desigualdades estruturam a construção de sociabilidade no Brasil e como a cor da pele também está intrínseca neste processo.

As classificações, embora importantes, não dão conta da dimensão objetiva que representou a presença do Estado na configuração sócio racial da força de trabalho no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nem da ausência de qualquer política pública voltada à população ex-escrava para integrá-la ao novo sistema produtivo. “Daí pode afirmar que a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra” (Silvério, 2002, p.225).

Na sociedade atual, o quantitativo de pessoas brancas bem-sucedidas suplanta de forma extremamente elevada o número de pessoas negras, uma vez que o desenvolvimento econômico não conseguiu dar melhores condições de vida aos afro-brasileiros, diante de uns processos de industrialização que aumentou a desigualdade e a disparidade de renda entre os mais pobres e os mais ricos, facilmente identificados enquanto brancos e negros, uma vez que a camada mais pobre do país é composta por pessoas negras.

Quando pensamos na origem da desigualdade social no Brasil, se faz necessário entender que trata-se de um País que forja seu desenvolvimento em um sistema escravocrata, tendo na estrutura das relações sociais uma “abolição”, que abandonou os escravos e seus descendentes a própria sorte, deixando-os em situação de vulnerabilidade, sem condições de construir uma vida digna, submetidos a pauperização e desproteção social, cercados por esteriótipos negativos, traços que acompanha o processo de sociabilidade no Brasil até os dias atuais, que reforça o traço de desenvolvimento desigual, que compõe o Brasil, mediante um progresso industrial, que firmou-se sustentado por uma cultura de dominação, aliada ao “progresso” industrial.

Desde o início do desenvolvimento e exploração do território, o planejamento não se voltava para os interesses de melhorar o país e as condições dos que aqui viviam. Nesse sentido:

Dentre os fatores estruturais que interferem nessa situação, podemos citar: a ausência de mecanismos de distribuição de rendas através de uma estrutura tributária progressiva, falta de um amplo processo de reforma agrária, investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político (COSTA, 2005, p. 179 e 180).

Como visto, percebe-se que a formação do Brasil foi marcada por continuidades, o sistema de

organização moderno não resulta apenas do sistema capitalista, mas das mudanças que ocorrem para garantir seu desenvolvimento, mediante um processo de industrialização e divisão social do trabalho, não se tratando de falta de recurso e sim do interesse do capital, que tende a manter a dominação de uma classe em detrimento de outra.

Mediante o que foi discutido neste primeiro tópico, foi possível perceber, que a desigualdade social faz parte de um processo histórico. Quando nós direcionamos ao início do processo de desenvolvimento do Brasil, fica claro que trata-se de um país formado com o intuito de ser explorado, e que esse processo de exploração apresenta resquícios que se perpetuam até os dias de hoje.

Sendo pertinente refletir tendo em vista que os corpos explorados e os seus descendentes, carregam estigmas, que delimitam na contemporaneidade, quais espaços sociais podem ser ocupados, torna-se pertinente destacar que essa herança histórica, tende a ser alimentada por ideias conservadoras, que culpabilizam os indivíduos por sua condição de pobreza, negligenciando os condicionantes estruturais, que os direcionam para este contexto, destacando que é importante o recorte de classe, raça e gênero, para pensar quem são os indivíduos, historicamente, expostos a desigualdade social no Brasil e como essa desigualdade reverbera na dificuldade do acesso a alimentação.

### **3.1 Questão social: a fome como expressão da desigualdade social**

A Questão Social, surge diante de um contexto em que a essência do acúmulo do capital era gritante e se expressava nitidamente na sociedade, ocasionando um conjunto de problemáticas sociais, oriundas das desigualdades promovidas pelo sistema capitalista no período da revolução industrial, em meados da década de 1830. Cenário em que as divisões sociais, se direcionavam a uma tensão.

Ao direcionarmos a reflexão no tocante a concepção da “questão social” e sua expressão na estrutural social do Brasil, como sendo um mal imbricado de maneira mais intensa historicamente, identificamos um contexto, com tendência a desigualdade, em virtude da distribuição de renda, que condiciona os altos níveis de pobreza no país, tendo em vista a herança histórica, marcada por injustiça social, que direciona parte da população a condições que ferem a dignidade humana.

Tendo em vista o avanço capitalista, que condiciona a distribuição de renda a um formato desigual, estabelecendo uma crescente distância entre as classes, gerando desigualdades sociais estruturantes profundos, em um cenário que ao mesmo tempo gera uma evolução tecnológica, também gera o progresso e enriquecimento de uma pequena parcela do país, como discutido por Castel (1998).

Partiremos da premissa da necessidade de estabelecer a compreensão do fenômeno estudado

neste trabalho, reconhecendo a importância de abordar a fome enquanto categoria estrutural, que se configura enquanto calamidade populacional, oriunda da divisão societária, que se apresenta pela falta ou pela pouca comida, e afeta a camada social ocupada pelos pauperizados.

A "questão social" assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial (PASTORINI, 2004, p. 113).

De acordo com a autora citada anteriormente, para dialogar acerca da questão social, se faz necessário entender as características históricas, refletindo que a concepção de questão social permeia as diferentes formas de pobreza e desigualdades, que estruturam as relações sociais no sistema capitalista.

Pobres são pessoas que não tem supridas suas necessidades de comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, entre outros. Fome é a situação em que vivem aquelas pessoas cuja alimentação diária não supre suas necessidades diárias de energia para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades (MONTEIRO, 1995, p.2).

Entendendo que essa expressão da questão social se mostra de formas distintas, pois dentro das dimensões da fome, encontra-se a fome crônica e a fome oculta, discutida por Monteiro (1995), como sendo;

**Fome Crônica:** ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício de suas atividades cotidianas.

**Fome oculta:** é aquela que ocorre em virtude da subnutrição, ou seja, quando as pessoas não têm acesso à quantidade de comida suficiente para lhes garantir a quantidade de nutrientes necessários ao organismo.

Analisar a fome em suas dimensões, demanda também a discutir a partir de conceitos importantes, que caracterizam a sua complexidade. Valente (2003), estudioso da área de saúde, traz a má nutrição, como sendo a desnutrição ou a subnutrição, e a insegurança alimentar, conceito bastante falado na contemporaneidade.

No livro, Fome e Desnutrição: Determinantes sociais o referido autor aborda a importância de desconstruir o olhar da fome por uma linha estreita, que limite a categoria a dimensão econômica, alimentar ou biológica, tendo em vista que a fome pode ocasionar a desnutrição, contudo nem toda a subnutrição está ligada a falta de comida, estando esses conceitos mais próximo da pobreza que da fome propriamente dita, uma vez que o indivíduo pode ter condições de se alimentar, porém se esses alimentos não atendem sua necessidade nutricional ele ficara desnutrido.

Segundo informações da ONU em 2002, foi observado que um em cada três brasileiros encontravam-se em contexto de fome, ou apresentavam dificuldade em consumir a quantidade

necessária para manter o padrão calórico, dentro desse cenário, caracteriza-se que 55 milhões de brasileiros são pobres e 21 milhões estão abaixo da linha de pobreza, indivíduos/famílias que apresentam o seu direito violado, divergindo com o assegura o conselho Nacional de Segurança Alimentar e nutricional, previsto na LEI Nº 11.346:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

É de suma relevância entender, que a fome apresentada nestas informações, não se dá pela falta de alimentos e sim pela má distribuição, provocada pelo sistema econômico, que trata o alimento como mercadoria, resquícios de uma divisão societária que sobrepõem uma classe em detrimento da outra. Estabelecendo uma divisão, entre os que podem comprar o alimento e os que não podem, embasando esse acesso a uma concepção pautada na meritocracia, que coloca o sujeito como ‘merecedor’, sendo o indivíduo, por meio do seu “esforço” responsável por garantir seu alimento. Concepção que reforça a ideia higienista que visa culpabiliza o pobre pela pobreza.

A maior parte dos — problemas da pobreza é culpa dos próprios pobres!, que não têm determinação e força de vontade para trabalhar [...] a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos (SCHWARTZMAN, 2004, p.32).

As ideias defendidas pelo, Malthusianismo apresentadas pelo pensador Tomas Robert Malthus já defendia a construção de uma narrativa, em que os pobres garantissem sua sobrevivência por meio dos seus “esforços”, tirando do Estado as obrigações em garantir renda ou subsídios que promovessem direitos básicos. Na contracorrente o Marxismo, discutia a importância de compreender a natureza das desigualdades no sistema capitalista, partindo da compreensão de que essa desigualdade apresentava uma relação estreita com a exploração dos trabalhadores, e evidenciava como a questão social era resultado das expressões da realidade diante do seus segmentos e divisões de classe.

Nesta direção compreendemos a natureza paradoxal da fome no sistema capitalista que tem sua origem, no caráter contraditório e na ideia da existência da "comida em abundancia", acarretado pela concepção danosa de consumo, tendo em vista que a grande produção de alimentos no Brasil, não é acessada por grande parte da população, principalmente pela camadas mais pobre, descontruindo a ideia do senso comum, de que a fome seria causada meramente pela falta de alimentos.

### 3.2 A fome como fenômeno social no capitalismo

Por meio da sua capacidade teleológica o homem se difere das outras espécies e transforma a natureza de forma subjetiva e material para atender suas demandas que, em decorrência da sua previa ideação, ultrapassa o anseio da subsistência. O trabalho inicialmente se destaca por permitir a interação do homem com a natureza para atender uma finalidade. Diante deste contexto, Marx apresenta o trabalho enquanto atividade humana que se materializa por meio de um processo de apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas.

Pressupomos o trabalho numa forma que permanece exclusiva ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias.

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador da formada matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 1984, p. 149-150).

Para Marx, a capacidade humana de projetar antecipadamente suas ações não limita o homem a sua concepção do ser natural, diante das suas necessidades, ao ver na natureza meios que lhe dão subsídios para melhorar a execução de tarefas, reconfigurando a forma em que o trabalho é executado. De acordo com a citação, o homem é visto como único ser que se relaciona com a natureza através de uma relação mediada pelo trabalho, e denomina essa relação como uma espécie de intercâmbio orgânico entre homem e natureza, em que não ocorre apenas a transformação da natureza, sendo pertinente entender que o homem, nesta mediação, impõe a sua vontade, de acordo com os conhecimentos que domina, “materializa” ou expressa algo já previamente idealizado ou imaginado.

Nessa perspectiva teórica, Netto e Braz (2010) dialogam com as concepções marxianas e discutem o trabalho como algo substantivamente diversificado das necessidades primárias, no grau em que foi se moldando em um longo decurso temporal, que rompe com a condição natural, por uma diferenciação, presente entre ser humano e natureza que, em virtude do seu processo histórico, quando garante sua condição humana, desenvolve-se de forma livre. Desde os primórdios esse é o mecanismo que promove o processo de sociabilidade do sujeito.

É pertinente ressaltar que por meio da relação entre o homem e a natureza, o trabalho exercido pelo indivíduo transforma a natureza e, ao mesmo tempo, ocorre autotransformação, diante do mecanismo de aperfeiçoamento e desenvolvimento das relações de trabalho, que se complexificam, ao se distanciar das características imediatas da natureza, e que promove a concepção, aparentemente contraditória, entre o homem natural e o social, em condições que não anulam nenhuma das concepções e passam a resolvê-las com o surgimento da sociedade.

Por meio desse processo de sociabilidade, o homem percebe os benefícios oriundos da força de trabalho coletiva, identificando no outro o meio que possibilita atender uma finalidade. Apropriase dos meios de produção, habituando-se a possibilidade de acumulação, e o trabalho deixa de ser direcionado unicamente para caráter de sobrevivência, estimulado conseqüentemente pelo surgimento de novas formas de apropriação do trabalho, que se configuram em decorrência das organizações sociais. Ao refletir acerca da relação intrínseca do homem com o trabalho, compreendemos que a fome está intimamente relacionada a essa dinâmica de reprodução do capital do modo que, à produção e à circulação de mercadorias na qual a mais-valia se realiza, tem sua natureza na lógica de produção e que essa lógica interfere na circulação dos alimentos, permitindo, ainda que haja uma produção maior que o número de indivíduos no Brasil e mesmo assim, ainda haja fome.

De acordo com Marx (1984) por meio da “denominação do modo de produção capitalista, sob suas diferentes formas que resultam no principal meio de produção econômica”. É possível entender a relação entre a fome e o capitalismo, presentes no processo de sociabilidade, mediante a emergência desse modo de produção, ao qual promove a separação dos trabalhadores e dos meios de produção. Sendo pertinente compreender a fome, como sendo um fenômeno social que vai além dos limites biológicos que preveem a manutenção das energias corporais, pois apresenta condicionantes estruturais complexos, que compõem determinações importantes a atividade humana e suas relações sociais. Evidenciando um sistema econômico, ao qual na proporção em que são produzidas riquezas, tendo em vista a conjuntura do Brasil em específico, ao qual se consolidou como espaço de exploração para outros países, também é produzida a pobreza, compreendendo que as raízes da fome brasileira encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX, relacionadas com a prioridade do mercado exportador de matéria-prima local.

A alimentação inicial, trazida pelos primeiros colonos portugueses, continha frutas, legumes e verduras, não foi mantida no Brasil pela população mais pobre, pois esta foi obrigada a abandonar a policultura pela monocultura da cana de açúcar, de acordo com Castro (2004). Sendo o Brasil um país geograficamente periférico, ao qual o desenvolvimento tardio do capitalismo, condicionou determinante na sua formação, contribuindo para uma relação de dependência com os países em que o sistema capitalista se desenvolveu de forma central.

Nesse processo alienante, os meios de produção, caracterizados pelos instrumentos de trabalho e as necessidades do trabalhador, passam a estabelecer uma relação complexa, nas quais as necessidades humanas, que deveriam ser inalienáveis, não são atendidas, nesse contexto o Estado age no intuito de proporcionar um conjunto de condições necessárias para a acumulação e valorização do

sistema econômico capitalista, promovendo o controle da força de trabalho, como abordado por Netto (1992) que traz a força de trabalho ocupada e a excedente, e reflete o papel estatal em regular as correlações de força, tendo em contra partida alianças que atendem o interesse do monopólio, dando espaço para que cresçam as demandas das classes subalternas, intervindo de forma ineficiente nas sequelas da questão social.

Neste contexto, como discutido por Marx (2003), ao abordar o alimento dentro do processo de reprodução da força de trabalho humana, o reconhecendo como bem necessário à reprodução dos trabalhadores e suas famílias, apresentando esse processo interligado pelo salário a ser pago.

O mesmo apresenta uma narrativa, que abordar, a necessidade de trazer ao proletariado a intenção do Capitalismo, em desvirtuar a vida e as relações sociais, na busca por atender as vontades/interesses do capital, trazendo que o aumento dos problemas sociais advindos da acumulação capitalista e a percepção de exploração da força de trabalho, foram condicionantes que levaram os trabalhadores a se organizarem em categorias. Em virtude de não apresentar condições de pôr fim às desigualdades sociais, a classe burguesa, tende a tratar as expressões da questão social, como a fome, sem refletir seus condicionantes históricos-estruturais, estimulando a negação de uma compreensão crítica da problemática, a fim de fortalecer a continuidade do sócio metabolismo do capital, ao qual gera o conformismo autocomplacente das políticas assistencialistas focalizadas.

### **3.3 A fome no contexto da pandemia da covid-19**

A fome é um problema histórico no Brasil e no mundo. Como discutido anteriormente não se dá pela existência de um volume populacional excedente, como defendido pelas teorias de cunho malthusiana, presentes nos meios reacionários, tendo em vista a alta capacidade de produção de alimentos, em alta escala e o número da população mundial.

Cenário este que evidencia o fracasso do capitalismo enquanto projeto civilizatório, em virtude da contradição presente na relação entre as forças produtivas e o número alto de indivíduos submetidos à fome.

Tendo em vista que esta expressão da questão social, segue uma trajetória histórica, que se configura estruturada na diferença étnica, desigualdades sociais, pobreza, questões ambientais, guerras e a influência principalmente da indústria de alimentos.

Na contemporaneidade segundo dados do relatório da FAO, o Brasil apresentou 60 milhões de brasileiros enfrentando o contexto de fome no País. Neste quantitativo 37, 5 milhões apresentam insegurança alimentar e 3,9 milhões estavam em condições de fome grave.

Em 2018, o Brasil retornou ao Mapa da Fome, após a descontinuidade de ações de

enfrentamento a fome, como o programa Fome Zero, que contribuíam como subsidio na garantia do acesso a alimentação. Com a chegada da pandemia acentuou o problema no País, cujo sinal de alerta foi ligado. Ao sinalizar a existência de um cenário ao qual 5% da população do país passou a viver em situação de insegurança alimentar grave, de acordo com o (IA). Condição que se dá, quando a pessoa não tem acesso regular a alimentos nem em quantidade, tampouco em qualidade suficiente para a sua sobrevivência.

Com a chegada da pandemia, essa expressão da questão social, passou a atingir 19 milhões de brasileiros e brasileiras. Os dados são do Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborada pela Rede Brasileira de Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

Tendo na região Nordeste, um percentual que concentra 13,8%, ou seja, 7,7 milhões deste total de pessoas em situação de fome concentram-se nesta região, sendo a maior porcentagem, presente nos territórios rurais, no qual correspondem a 12% da população com fome.

Dentro esse contexto é pertinente ressaltar que esta fome, tem gênero, pois nos lares chefiados por mulheres a fome está presente em 11,1% dos domicílios contra 7,7% dos domicílios chefiados por homens. Tem cor, tendo em vista que no quesito raça, a fome está presente em 10,7% dos lares e em apenas 7,5% dos lares com pessoas brancas presentes.

Vindo para Pernambuco, a fim de estabelecer um recorte regional, há o registro de 2,9 milhões de pessoas em situação de restrição alimentar, segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os casos de restrição alimentar grave atingem 661 mil pessoas. Esta pesquisa revela que 48,3% dos municípios do estado sofrem com problemas de restrição alimentar.

Diante desse cenário, é pertinente discutir o direito à alimentação mediante duas dimensões determinantes, primeiro a partir da concepção de assegurar ao ser humano direito de viver livre da fome, e o segundo, de dar garantias aos seres humanos de acessar uma alimentação adequada que atenda os hábitos alimentares de sua cultura. Partindo desta concepção analisar, dentro do contexto pandêmico, a fome epidêmica, marcada por situações de calamidade, e os impactos para os indivíduos e ou famílias, que já se encontravam em vulnerabilidade e em virtude da doença, foram submetidos a maiores violações, mediante um Estado que não garante equidade.

Sendo, portanto, necessário refletir como esse direito é garantido aos indivíduos, que socialmente, tendem a ter seus direitos violados e como o contexto da Covid-19, tende a acentuar as vulnerabilidades sociais e a precariedade da alimentação, principalmente das populações mais empobrecidas.

O ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite. No mercado financeiro, as bolsas derreteram com o horizonte de crise econômica projetado e embates entre autoridades do governo e da saúde pública foram expostos aos holofotes (MARQUES; SILVEIRA e PIMENTA, 2020, p. 227).

A citação, narra o contexto do início da pandemia, como esse período pandêmico afetou a economia e o processo de sociabilidade dos indivíduos. A qual o mundo demandou ações de controle de contágio, como o lockdown, para frear os impactos da doença.

Porém vale ressaltar que essas ações emergências não garantiram condições de sobrevivência da classe trabalhadora, nem atendeu as necessidades da população pauperizada. Compreendendo que o confinamento com a finalidade de diminuir contágio, não atendia a realidade das comunidades, em sua maioria populosas, compostas por indivíduos, que não dispõem de residência, saneamento básico, alimentação, condições de garantir a higiene nem tão pouco o uso de máscaras descartáveis, condicionantes que dificultaram o tratamento e a superação dos avanços da doença e congregam o agravamento das expressões da questão social.

Conforme estudos de Silva (2020), a Covid-19 alcançou as camadas sociais de forma distinta, pois houve uma diferença de acordo com local social, no que se refere a velocidade e intensidade que atingiu a sociedade, evidenciando como a proteção social foi acessada de forma descontextualizada e o despreparo dos governos federais, estaduais e municipais na elaboração/execução de medidas de enfrentamento.

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa, Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), cerca de 47,3 milhões de brasileiros, chegaram ao contexto de pobreza no ano de 2021, caracterizando 22,3% da população total do País. Situação, negligenciada diversas vezes pelo governo Bolsonaro que apresentava concepções negacionistas. Tendo o problema de saúde pública, sido direcionado pelo corte de gastos governamentais, expansão da política neoliberal, e criação tardia por meio da Lei n. 13.982 do auxílio emergencial em 2020.

Intervenções que não foram suficientes para diminuir os altos índices de insegurança alimentar, em virtude da falta de leitura dos condicionantes estruturais que sustentam as desigualdades sociais no Brasil, escancarando-as, no cenário pandêmico, ao evidenciar como foram romantizadas as condições precárias de trabalho, a desigualdade presente no País, e a precarização do sistema único de saúde.

Configurando que os efeitos da pandemia, tem como pano de fundo o agravamento da doença e se desdobra enquanto efeito, no desemprego, na incerteza de acesso à renda e às políticas públicas, dentre outros que impactam drasticamente na população pobre e extremamente pobre, refletindo nos

altos índices, presentes nos quadros de fome e insegurança alimentar.

### **3.4 Serviço social e a política pública**

Diante das discussões promovidas neste trabalho, tendo como base Yamamoto (2006), que aborda o Serviço Social a partir da concepção de categoria profissional imersa no processo das vinculações sociais. Visa-se refletir a junção entre o Serviço Social e questão social, tendo como essência o capitalismo e sua relação contraditória, presente neste processo.

O serviço Social nasce pela influência da igreja católica, no Brasil se firma na década de 30, tendo como suporte filosófico o neotomismo.

Nas décadas seguintes ocorre o reconhecimento da importância da profissão que foi oficializada no Brasil sob a Lei nº 1889 de 1953 e regulamentada em 1957 com a Lei Nº 3.252 do mesmo ano, juntamente com o Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Inserida como profissão na divisão social do trabalho no setor de serviços. Na qual tem seu surgimento enquanto profissão em virtude das necessidades da sociedade, provocadas pelo sistema capitalista.

Configurando-se como profissão que atua nas relações sociais no âmbito da contradição capital-trabalho, diante das transformações dos processos de produção e reprodução da vida social.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2003, p.77).

Como citado pela autora, é mediante a correlação da questão social com o pauperismo, oriundo da evidência do processo opressivo amplamente consolidado, a partir do contexto urbano-industrial, do século XIX, que nascem as expressões da questão social no mundo. As quais se expressam por meio das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Sendo por meio da requisição do trabalho do assistente social, que sua intervenção profissional passa a se desenvolver nas organizações estatais, empresariais e filantrópicas, voltado a atividades assistenciais, majoritariamente, através da execução direta de serviços sociais. Assim, o assistente

social, passa a ser inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Por ser um profissão que nasce da necessidade de intervir nas desigualdades promovidas pelo capitalismo a atuação do assistente social é inerente nas demandas oriundas das expressões da questão social mediante um processo que reproduz fenômenos sociais como a fome, ocasionando um cenário que deve contar com a participação do assistente social e suas habilidades de intervenção sobre a realidade.

Diante do que vem sendo discutido ,vale ressaltar a existência de vários espaços sócio ocupacionais, dentre eles a Segurança Alimentar e Nutricional, como sendo uma das políticas que o serviço social atual. Tendo em vista a garantia da alimentação enquanto um direito previsto na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006, que trata como direito amplo e irrestrito, que deveria ser garantido pelo Estado.

### **3.5 A alimentação enquanto direito social e a fome enquanto moeda de manobra para ações assistencialistas**

Como discutido anteriormente, o serviço social surge das demandas oriundas da questão social, que nada mais é que os impactos das desigualdades promovidas pelo capitalismo ao dividir socialmente em classes a sociedade, ao separar os que possuem os meios de produção e os que detém a força de trabalho. Diante desse processo os trabalhadores não usufruem do que é produzido devido a distribuição ser desigual.

Gerando uma demanda decorrente dessa desigualdade e exploração, que afeta diretamente os mais pobres por meio de um processo de exploração histórico.

Ao entender que o capitalismo é a base de todas as desigualdades e que de forma antagônica estabelece essa relação de exploração, enraizando no sistema todas as pautas de reivindicação dos movimentos, passamos a entender a relação direta do serviço social, que de início surge para atender os interesses do capital via ações de cunho filantrópicos com o intuito de reajustar o indivíduo socialmente, perante os paramentos da igreja para atender os interesses do capital. O serviço social rompe com essa perspectiva ao se ver enquanto classe trabalhadora, entendendo a fonte da exploração e estabelecendo como paramento de atuação a emancipação do indivíduo, entendendo mediante seu condigo de ética a necessidade da garantia dos direitos humanos.

Tendo como base o resgate da origem da institucionalização da profissão com ênfase em sua inserção nos espaços sócio ocupacionais, desde sua gênese conservadora de cunho funcionalista, voltada para representar os interesses do Estado com uma visão filantrópica e caritativa, até a construção do projeto ético político nos anos 80, na qual os fundamentos passaram a habitar na análise

crítica da sociedade capitalista e superação do modelo econômico de exploração da classe trabalhadora .

Ao trazermos a categoria fome, dentro do campo de atuação profissional na contemporaneidade, somos direcionados a refletir o contexto de insegurança alimentar, rompendo com a ideia imediatista, de uma fome que visivelmente/esteticamente incomoda a sociedade, e estimula normalizar a caridade e a filantropia como mecanismos de enfrentamento superficial das expressões das questões sociais.

A pobreza não está limitada apenas a questão de ter ou não dinheiro, tendo em vista o plano de intervenção deste trabalho é entendível, a necessidade de avaliar as multidimensões, e como o modo de produção, acumulação e distribuição do capital, interfere diretamente na concessão do acesso dos usuários as três refeições básicas. Sendo pertinente ressaltar a dimensão política, enquanto obstáculo a construção da cidadania, a dimensão sociológica, onde a desigualdade e a pobreza criam um bloqueio na construção da ideia de igualdade democrática. Fazendo o recorte para o município de Barreiros-PE, espaço geograficamente e historicamente marcado pela dependência política, construídas na república velha, presente na contemporaneidade com resquícios do coronelismo, a fim de refletir como se dá relações de poder e controle, que condiciona implicação direta na manutenção das desigualdades sociais. Se faz necessário refletir como na sociedade atual o neoliberalismo é reforçado, e normaliza a triagem da pobreza. É “aceitável “a ideia de que não tem como o Estado investir mais, pois o País está falido, e os usuários não se esforçam para superar os contextos de vulnerabilidade, “Só querem sugar do governo”, “mamar nas tetas do Estado”. Essas falas são reflexo da ideia massacrante imposta pelo sistema capitalista para culpabilizar os usuários pela ausência da execução correta das políticas públicas.

Contexto que demanda a necessidade de pensar a pobreza como uma construção social, inerente as relações sociais, e como nesse processo se reproduz fenômenos sociais como a fome.

Um fator interessante é como é evidenciado, elementos importantes para discutir o papel dos três poderes na manutenção e acesso dos usuários as políticas públicas, e como podem afetar negativamente na aplicabilidade dessas políticas, uma vez que o paternalismo e assistencialismo dialogam historicamente no acesso dos usuários a direitos básicos, garantidos na constituição de 1988. Tendo a cidade de Barreiros vivenciando um contexto de extrema pobreza nos últimos anos , ao qual os impactos da pandemia intensificaram essa conjuntura. Segundo dados da vigilância Municipal da secretaria de Ação Social, o município encontra-se com 52% da população em extrema pobreza, percentual que evidencia o contexto que expõe as famílias a vulnerabilidades.

Tendo em vista o parâmetro de atuação do CRAS-Barreiros/PE, e o papel do ministério público, órgão que na cidade normalmente é pressionado para responder as demandas da sociedade,

no tocante a dificuldade dos munícipes em presenciarem a fome no município, partindo da concepção de uma fome que esteticamente incomoda, e que é tratada pelo viés higienista.

Sendo importante refletir acerca de uma condução, nas quais as demandas possam ser tratadas com o interesse de entender a complexidade do cenário e da necessidade de uma intervenção, voltada para a participação da gestão municipal, ministério público e sociedade civil no enfrentamento da fome. Dialogando com estratégias conjuntas, entendendo que trata-se de um contexto global, que ultrapassa o controle social.

Em virtude de ser um cenário que demanda de forma constante que a equipe técnica do CRAS, reflita a força e importância da intervenção judicial na garantia do acesso as políticas públicas, e de como o cenário político anterior, promovia os desmontes dos programas sociais e privatização das políticas públicas, condicionando a refletir como na pratica é realizado o papel do Estado e qual o interesse de garantir o acesso a hipossuficientes, negligenciando os direitos dos usuários e em consequência a qualidade do trabalho ofertado no equipamento.

#### **4. Projeto de Intervenção**

##### **4.1. Contextualizando o cenário**

A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), aponta que o município dos Barreiros possui uma população pobre estimada em 23.347 habitantes, que corresponde a 56% da população e população de baixa renda, em 28.644 pessoas, o que significa um percentual de 68% da população do município. Quando adotamos por parâmetro os dados disponibilizados pelo IBGE (2010), identificamos uma pequena mudança, de forma que a incidência de pobreza atinge 61,09% dos cidadãos.

O perfil de pobreza adotado pela SENARC, calculada a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, levando em consideração a renda familiar de até R\$ 140,00 por pessoa, acrescida de um coeficiente de volatilidade de renda.

População de baixa renda para o MDS são aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Os dados apresentados acima demonstram que a pobreza no município dos Barreiros, possui forte incidência; de forma que a Política de Assistência Social não assume o caráter de excepcionalidade, uma vez que o público usuário da assistência social diz respeito à maioria da população. Essa realidade se torna ainda mais clara quando se avalia a desigualdade no município, que foi realizada a partir do coeficiente de GINI. O mesmo atualmente registra o índice de 0,41,

estando num grau de igualdade acima do estado de Pernambuco que registra 0,46 e do Brasil que registra 0,54 (IBGE, 2010). Entretanto, esta igualdade revelada pelo índice de GINI, tem por fator preponderante não a renda partilhada, mas, um nível de igualdade advinda da pobreza massiva da população.

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado GINI, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e o seu oposto a completa desigualdade.

Como já dito anteriormente, a pandemia acentuou o problema da fome no Brasil, atingindo 19 milhões de brasileiros e brasileiras. Os dados são do Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia a Covid-19 no Brasil, elaborada pela Rede Brasileira de Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Relembrando, a região Nordeste sozinha concentra 13,8%, ou seja, 7,7 milhões deste total de pessoas em situação de fome. Nas áreas rurais, estão concentradas 12% da população com fome. Nos lares chefiados por mulheres a fome está presente em 11,1% dos domicílios contra 7,7% dos domicílios chefiados por homens. No quesito raça, a fome está presente em 10,7% dos lares e em apenas 7,5% dos lares com pessoas brancas presentes.

Nesse sentido, considerando que a pesquisa revela que 48,3% dos municípios do estado sofrem com problemas de restrição alimentar, a cidade de Barreiros está contemplada nesse percentual.

## **4.2 Justificativa**

A relevância desse plano se dá, tendo em vista o cenário em tela, ao qual desperta o interesse em construir estratégias que promovam condições de superação da fome em Barreiros.

Ao pensarmos acerca do descaso promovido pelo desgoverno do Presidente Bolsonaro, que no período pandêmico, desconsiderou os agravos da pandemia e tardou as ações de enfrentamento dos impactos da doença.

Que por um lado respondeu de forma superficial com o auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00 por outro promoveu a redução de políticas sociais, desmontes dos programas de transferência de renda, as contrarreformas da previdência e trabalhista, a redução de recursos voltados ao PAA. Instigando a necessidade da sociedade civil fortalecer as ações de "caridade".

No município de Barreiros a existência da "solidariedade" presente nos segmentos religiosos, que ofertam alimentos a famílias em contexto de fome, contudo sem critério de avaliação técnica. Situação que acarreta na má distribuição das ajudas humanitárias, ou mesmo a ausência da triagem dos reais perfis em contexto de insegurança alimentar. Diante desse contexto, após ações de

intervenção junto as representações religiosas e empresas locais, se observou que pouco se sabia sobre a fome enquanto categoria social. Havendo a entrega das cestas, como forma "crista" de ajuda. Porém enquanto técnica, foi avaliado a importância de refletir junto a esses segmentos o que estrutura a fome, quais os seus condicionantes, qual o papel do CRAS, enquanto gestão e qual o papel deles enquanto sociedade civil, no enfrentamento desta expressão da questão social.

A proposta consiste na ação integrada sociedade civil organizada e setor empresarial em torno do combate ao desperdício de alimentos e do combate à insegurança alimentar grave de forma emergencial. O Banco de Alimentos será o catalizador desses sujeitos e as redes assistenciais serão o ponto de fornecimento da alimentação para o público – alvo.

Na condição de resposta à condição da fome que atinge às famílias de Barreiros baseia-se no Artigo 1º inciso 1º da Lei 10.490, que instituiu a Rede Brasileira dos Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, cujo intuito é fortalecer as ações de combate à insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

### **4.3 Caracterização territorial do campo de pesquisa**

A cidade de Barreiros-PE está localizada no Litoral Sul de Pernambuco, a uma latitude 08°49'06" sul e a uma longitude 35°11'11" oeste, apresentando uma altitude de 22 metros. Distante 102 km do Recife (capital do Estado), fazendo fronteiras com os municípios de São José da Coroa Grande, Rio Formoso, Tamandaré e Jacuípe – AL.

Conforme dados do IBGE (2010), a cidade possuía em 2010, população de 40.742, e segundo estimativa do mesmo instituto, atualmente conta com população de 41.987 habitantes<sup>1</sup>. O PIB per capita do município gira em torno de R\$ 5.870,01, de acordo com dados do IBGE (2010)<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano do município em tela (IDH-M) é de 0,586. Tal indicador é composto por três variáveis: índice de educação, longevidade e renda. O IDH-M de Barreiros é inferior ao do Brasil 0,730 e ao de Pernambuco 0,673; e ainda não tão distante do município de Melgaço-PA que possui o menor IDH do país 0,418 (IBGE, 2010). Quanto ao perfil de educação e qualificação profissional, o município registra índices de analfabetismo considerados altos; o que somado ao perfil de pobreza no município justifica o baixo IDH registrado, conforme ilustrado na tabela:

Ano	Taxa de analfabetismo	População não alfabetizada	População acima de 15 anos
1991	38,8	9076	23382
2000	28,8	7418	25799
2010	20,7	513	28102

Fonte: IBGE

A região da Mata Sul pernambucana, em que o município está inserido, é um território tradicional da economia canavieira. Durante séculos a monocultura da Cana de açúcar constituiu-se como sua principal fonte de renda, quando na década de 1970, duas unidades de processamento de açúcar e álcool coexistiam no município, a usina Rio Una e a usina Central Barreiros. A Primeira usina decretou falência no início da segunda metade do século XX, enquanto a usina Central Barreiros estendeu suas atividades até 1997, quando abandonou a estrutura produtiva, deixando mais de 5.000 funcionários desempregados.

Com o fechamento dessas usinas, a tradição canavieira não se exauriu na cidade dos Barreiros, uma vez que cerca de 70% das terras cultiváveis do município ainda está dedicada ao plantio da cana-de-açúcar. De forma que a colheita deste produto acaba sendo destinada a unidades de processamento de cana existentes na região, que além de proporcionar a venda deste produto, emprega no período de safra cerca de 2.500 trabalhadores rurais.

A monocultura da cana-de-açúcar se configura como um sistema sociometabólico, que envolveu e influenciou todas as dimensões da sociedade, com seus traços coronelista, assistencialista, patrimonialista e autoritário, mantendo forte aproximação/dominação com o poder político regional. Embora a cana-de-açúcar seja uma cultura em declínio na mata sul pernambucana, percebe-se o grau de destruição na sociabilidade da população local, com forte desmobilização social e a reprodução dos traços paternalistas que conformam e corroboram com a manutenção de abordagens assistencialistas na cultura política local.

A cultura da cana-de-açúcar acabou dando oportunidades para outras atividades econômicas, como a comercialização de produtos e serviços, firmando o município como um importante pólo comercial do litoral sul, e as atividades turísticas, uma vez que o município em tela está localizado numa região litorânea, com fluxo intenso de turistas.

De acordo com dados do setor de vigilância, da secretaria de obras do Município, Barreiros está a 60 km de distância do Porto de Suape, sofrendo assim, grande influência desse novo pólo industrial de Pernambuco, através da absorção de um contingente de 350 a 400 trabalhadores. do município. O avanço do processo de industrialização nesta região tem provocado uma guinada do nicho econômico, bem como da oportunidade de emprego, fazendo surgir pequenos pólos industriais

para atender as necessidades de produtos pelas grandes indústrias instaladas em SUAPE.

Neste contexto, o município de Sirinhaém (30 km de Barreiros) foi contemplado com uma indústria do ramo de Metalmeccânica para atender ao Estaleiro Atlântico Sul e o município de Rio Formoso (23 km de Barreiros) com duas fábricas de peças para o mercado de eletroeletrônicos, visando o Porto de Suape. Essas indústrias representam para a Mata Sul Pernambucana uma possibilidade real de substituição da forma tradicional de produção, representada nas antigas usinas, para fábricas modernas; com trabalho estável.

### 4.3.1 Dados econômicos

Segundo dados do Portal IBGE, no ano de 2019, o município de Barreiros possuía uma renda média mensal de 1.6 salários mínimos e uma população total de 10.3%. Mais da metade, ou seja, 52.1% da população vive com até meio salário mínimo por pessoa.

Quadro 1:



Fonte: CECAD/MDSA-2017

Como demonstrado na tabela acima, com as taxas de rendimento da população local, o município ocupa o 54º lugar no estado de Pernambuco em relação à renda per capita. Em todo país, essa posição é 3.403.

No que se refere à receita do município, em 2018, o IBGE apontava um PIB per capita de R\$

9.993,08, com isso, é o 85º município com a maior renda per capita em todo o estado de Pernambuco. O mesmo IBGE aponta que 90% das receitas do município, em 2015, vinham eram oriundas de fontes externas.

Quadro 2:



Fonte: CECAD/MDSA-2017

Os dados da Secretaria Executiva de Assistência Social de 2017 afirma que o município dos Barreiros possuía 8.550 famílias em situação de extrema pobreza, mas apenas 7.550 estavam assistidas pelo Programa Bolsa Famílias, ou seja, 1 mil famílias com o perfil de maior vulnerabilidade econômica não estavam sob proteção do programa.

Tabela 2:

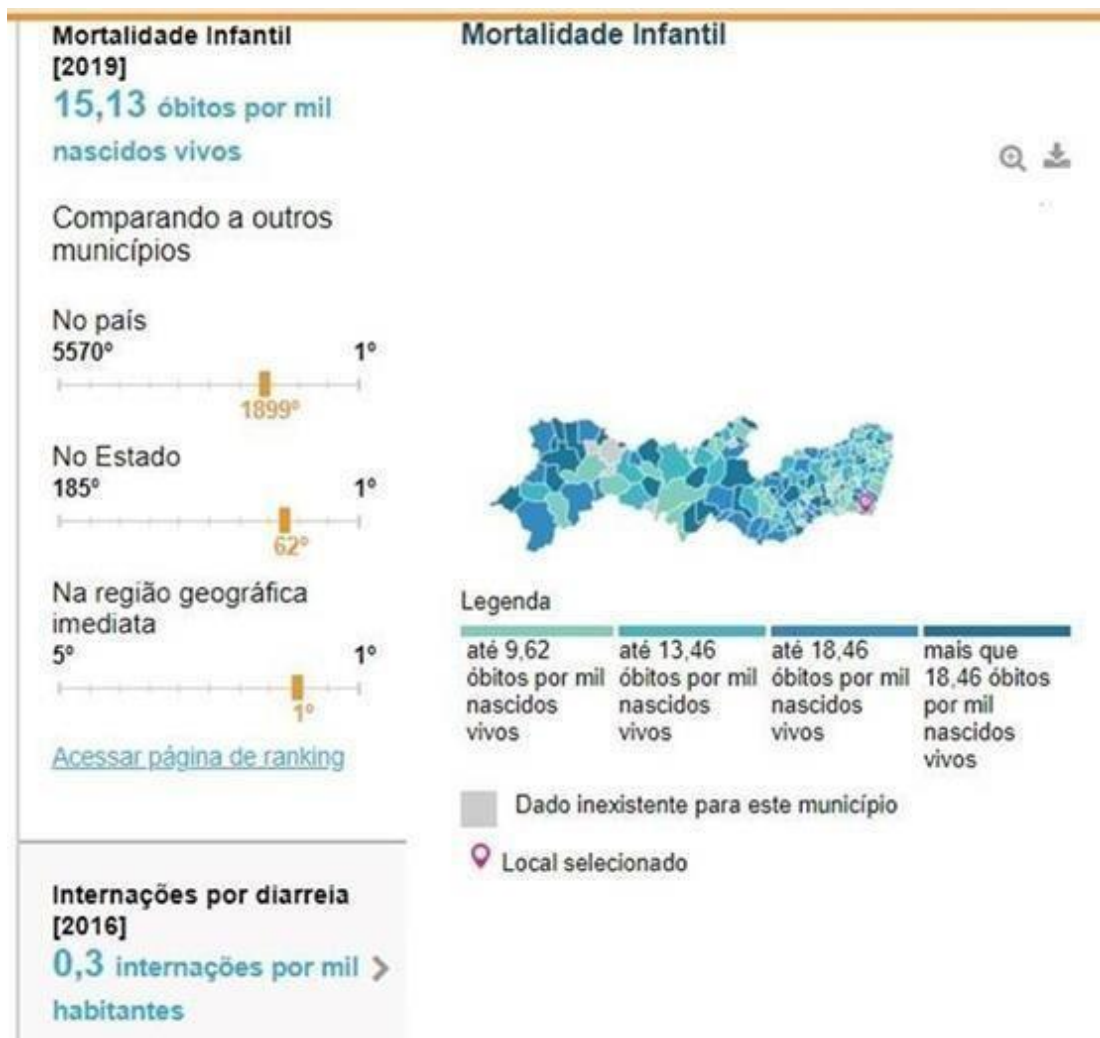
Famílias em situação de extrema pobreza (Janeiro/2017)	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias (Janeiro/2017)
8.550	7.550 Famílias

Fonte: CECAD / MDSA - 2017

### 4.3.2 Dados da saúde

Na área de saúde, chama atenção a taxa de mortalidade infantil do município, que segundo o IBGE (2019) é de 15,13 para cada 1 mil nascidos vivos. Este número é maior do que a taxa nacional, que segundo mesmo órgão, em 2018, era de 12,4 para cada mil nascidos vivos.

Quadro 3:



Fonte: CECAD/MDSA-2017

#### 4.4 O CRAS na política de Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a população pauperizada. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta de Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas

referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: promover a proteção e a socialização dos seus membros; de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. O município em questão, conta apenas com um único CRAS, dispositivo da Assistência Social e responsável por assistir as famílias em vulnerabilidade e risco social, ao qual trabalha interligado a rede socioassistencial, de forma direta principalmente com os equipamentos que compõem a Proteção Social Básica.

Dentro desse serviço, cabe destacar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que teve como antecedentes o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF – 2001) e o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF – 2003). Em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), aprimorou essa proposta com a criação PAIF.

Em 19 de maio de 2004, com o decreto 5.085 da Presidência da República, o PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social”, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal.

Em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Ofertados Socioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, mas preservou a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o conceito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Os trabalhos sociais do PAIF devem utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento dos seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias de serviço.

Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidados, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à juventude, o envelhecimento e deficiência, a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente com Centro de Referência de Assistência (CRAS).

Há também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço da Proteção

Básica do SUAS, que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Este serviço realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários/as. Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. O serviço é ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS – Maximiliano de quê funciona dentro da Secretaria de Ação Social. Foi reinaugurado no dia de janeiro 2023, situado a Rua Felisbino Vasconcelos, Bairro Barragem, Barreiros/PE, tendo nessa o Secretário de Ação Social Carlos Roberto Marinho da Costa II, na gestão do Prefeito Carlos Arthur Avellar.

Em virtude de tratar-se de um município de Pequeno Porte II, Barreiros possui 40.732 habitantes (de acordo com o último censo IBGE). Sendo assim, o município conta até o presente momento, apenas com um CRAS, a unidade desenvolve seus serviços de forma a contemplar todas as famílias em situação de vulnerabilidade social de toda sua extensão territorial, urbana e rural, tanto as que procuram a unidade de forma espontânea, como aquelas que são identificadas através de visitas domiciliares, busca ativa ou encaminhada pela rede socioassistencial do município.

#### **4.4.1 O serviço social no equipamento**

O Serviço Social tem sua especificação em atuar sobre todas as necessidades humanas de uma determinada estratificação social em específico, ou seja, aquela pauperizada, subalterna, excluída onde o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é um equipamento por excelência onde o/a Assistente Social atua nas demandas que surgem oriundas destas necessidades e situações.

Um dos principais instrumentais do serviço são as visitas domiciliares, para observar a realidade em sua totalidade, não tendo espaço para a neutralidade e superficialidade, com um posicionamento técnico, peculiar e crítico, para assim, realizar um atendimento de qualidade e eficácia dando os encaminhamentos e relatórios cabíveis a cada caso. Não se restringe só as demandas dentro da Instituição, compete ao CRAS responder quaisquer casos que fora de incumbência do órgão e dando respostas a estes. Quando necessário articula-se com a rede socioassistencial para garantir os direitos aos usuários.

O Serviço Social faz parte do corpo técnico do CRAS, profissionais fundamentais na realização das ações dentro do serviço, tendo em vista, a formação acadêmica. Os objetivos traçados

pelo Serviço Social são: Acompanhamentos aos usuários; Inclusão do usuário no serviço; Encaminhamento dos usuários aos diversos serviços; Atendimento para diversas orientações, Visita domiciliar; Visita Institucional; Sensibilização dos usuários acerca de diversas temáticas, Planejamento e intervenções junto à família.

#### **4.5 Ações municipais de combate a fome**

De acordo com os dados do Portal IBGE, no ano de 2019, o município de Barreiros possuía uma renda média mensal de 1.6 salários-mínimos em uma população total de 10.3%, caracterizando mais da metade, ou seja, 52.1% da população vivendo com até meio salário mínimo por pessoa, contexto discutido em subtítulos anteriores, aos quais evidenciam o contexto de baixa renda e/ou do desemprego.

Em virtude desse cenário, é alta a procura pela a Assistência Social no Município de Barreiros, como meio de amparo para achar respostas a suas necessidades. De acordo com as informações obtidas via RMA de 2022, o equipamento acompanha 236 famílias, das quais 145, encontram-se em situação de extrema pobreza, 187 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e 29 delas encontram-se recebendo o Benefício de prestação Continuada.

Ao compreendermos o acesso aos serviços da Política de Assistência Social como um direito, assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93 que deve estar disponível para estas famílias, na condição de garantia pelo Estado, e o papel do CRAS enquanto porta de entrada para esta política, refletimos de acordo com Mota (2010, p. 154):

A parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas nas vitrines do mercado, mediante os seus salários, tornar-se-á público alvo da Assistência Social. Isso denota a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho.

De acordo com a LOAS, por meio do Art. 2º inciso primeiro a Assistência Social tem por objetivos: “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...] Como previsto no Art. 2º Parágrafo Único, a Assistência Social e o desenvolvimento de ações que visem o combate à pobreza. “Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” (PNAS 2004, p. 33). Então é possível afirmar essa política está intimamente ligada em prover meios para atender às necessidades da população que a busca.

Diante disso, o Município em tela, vem desenvolvendo estratégias, que visam a promoção da garantia dos direitos das famílias que se encontram em vulnerabilidade, tendo como parâmetro um dos objetivos centrais da Política Nacional de Assistência Social.

Levando em conta este contexto, intensificado pela pandemia, o CRAS vem desenvolvendo desde ano de 2022 ações de combate à fome. Em curto prazo, deu-se início à oferta de sopão, distribuído duas vezes por semana. Atualmente o referido serviço atende, em parceria com supermercados e comerciantes de carne fresca e congelada do município, aproximadamente 100 famílias. Com a adoção das medidas de isolamento social como forma de conter o novo coronavírus, muitas famílias foram inseridas em situação de vulnerabilidade econômica, o que impactou na capacidade de aquisição de alimentos, levando a um déficit alimentar e nutricional, ao qual segundo dados obtidos via prontuário SUAS, apresentasse enquanto realidade para as famílias acompanhadas no PAIF, no presente ano.

#### **4.5.1 Benefício eventual cesta básica**

O Benefício Eventual de Cesta Básica trata-se de um benefício, viabilizado mediante contexto de vulnerabilidade temporário, identificado pela equipe técnica do CRAS, mediante atendimento técnico qualificado. Ao qual é ofertado uma cesta básica de alimentos para as famílias que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social. Benefício amparado pela LOAS.

De acordo com o Art. 22º, “Entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

Em Barreiros, as cestas básicas são destinadas no CRAS, onde são assistidas mensalmente, 100 famílias que se encontram em acompanhamento no PAIF e destinadas 50 cestas para atendimento de demandas espontâneas. Para Bavolenta (2017), no âmbito das políticas públicas, as cestas básicas se configuram como forma de atenção a alimentação, mediante a compreensão de que mesmo o benefício, sendo viabilizado por alguns meses não solucionar o problema central, configura-se como ação que minimiza os impactos da fome na vida dos sujeitos.

#### **4.5.2 Leite para todos**

O benefício foi pensado com a finalidade de reduzir as deficiências nutricionais dos munícipes em contexto de pauperização. Tendo como público prioritário, idosos, gestantes, nutrizes e crianças. O município atende 200 famílias por meio de cadastro (como consta na tabela a seguir), as quais são beneficiadas com 5 litros de leite, fluido pasteurizado por família, duas vezes na semana.

Tabela 3:

<b>Faixa Etária dos Beneficiários/ Programa Leite Para Todos Município de Barreiros/PE</b>				
02 à 06 Anos	07 à 14 Anos	15 à 23 Anos	24 à 59 Anos	Acima de 60 anos
33	42	13	119	13

Fonte: Formulários de controle do equipamento

#### **4.5.3 Geladeira solidária**

O projeto foi idealizado pela gestão Municipal por meio da secretaria de Ação Social, ao qual consiste na iniciativa de promover acesso a alimentos, por intermédio da doação da sociedade civil sem nenhum tipo de constrangimento ao beneficiário.

Estruturado por meio da distribuição de geladeiras em pontos estratégicos da cidade, onde em qualquer hora do dia, a pessoa pode deixar ou levar alimentos. A proposta é pautada na necessidade de incluir a sociedade civil no processo de combate à fome e insegurança alimentar no Município, refletindo os condicionantes que estruturam a fome no território e a inviabilidade da solução da problemática ser única e exclusivamente papel da gestão.

#### **4.5.4 Cozinha comunitária**

O programa consiste na promoção, garantia e proteção do direito humano à alimentação, com fundamentação referenciada na Constituição Federal, presente na Emenda Constitucional 64 aprovada em fevereiro de 2010. Tendo em quanto finalidade a redução das desigualdades sociais, por meio da distribuição de duas refeições ao dia, apresentando-se como estratégia na construção de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e Nutricional.

No município o equipamento assiste 61 famílias, alocadas nas comunidades Vila do Padre, Vila São Miguel e poleiro. Ambas localizadas em território marginalizados e com altos índices de pobreza no Município. As informações constam na tabela que segue:

Tabela 4:

<b>Faixa Etária dos Beneficiários cozinha comunitaria/ Município de Barreiros/PE</b>				
02 à 06 Anos	07 à 14 Anos	15 à 23 Anos	24 à 59 Anos	Acima de60 anos
33	42	13	119	13

Fonte: Formulários de controle do equipamento

#### **4.5.5 Programa PAA**

Promovendo junto aos mais de 200 usuários o acesso a alimentos saudáveis, em articulação com programas como o PAA. Refletindo o papel do Estado no enfrentamento a fome, além da promoção de acesso a direitos sociais em articulação direta com a rede socioterritorial. Todas as famílias acompanhadas se encontram referenciadas ao CRAS e participam de ações de forma integrada ao equipamento.

#### **4.5.6 Cursos de qualificação profissional**

Os cursos de qualificação profissional disponibilizados às famílias acompanhadas pelo PAIF, se configuram enquanto uma importante estratégia de geração de emprego e renda como potencial para o enfrentamento à fome e a miséria em nosso município. É de conhecimento público o alto índice de pobreza e extrema pobreza à qual os barreirenses estão submetidos, sendo um problema social que só tem fim com o fomento ao empreendedorismo ou a geração de vagas de emprego.

Desta forma, o município iniciou um processo diagnóstico de profissões em ascensão no município, que tenham mercado para crescimento, e que tenha baixo custo de qualificação dos munícipes. Com base nisso foram disponibilizadas 11 turmas de qualificação profissional, destas 08 de oficina de barbeiro e cabeleireiro, com carga horária de 120hs; 2 de ponto russo, com carga horária de 120hs e uma de corte e costura com carga horária de 80hs.

Dentre as estratégias do CRAS, está o apoio e fomento à Inclusão Produtiva, bem como o mapeamento de potencialidades para a articulação das diversas políticas responsáveis pela geração de trabalho e renda.

Nesta perspectiva a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) traz o desafio da Inclusão Produtiva como uma das estratégias de enfrentamento à pobreza.

### **4.6 Objetivos:**

#### **4.6.1 Geral:**

Implementar um banco de alimentos com estrutura física e logística, que ofereça espaço para captação ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores públicos, privados e sociedade civil.

#### **4.6.2 Específicos:**

Criar um espaço para captação e distribuição de alimentos para usuários do CRAS que se encontram em contexto de insegurança alimentar.

Construir um fluxo de recursos humanos que integre a sociedade civil, instituições privadas e a gestão municipal na organização e gestão do banco de alimentos

Viabilizar a efetivação do Direito Humano a Alimentação;

Auxiliar na diminuição do número de pessoas que enfrentam a fome no município; Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional.

#### **4.7 Atividades**

O trabalho consiste em mobilizar o setor empresarial e as diferentes denominações religiosas de Barreiros em torno do combate à insegurança alimentar grave, mostrando a doação de alimentos com a data de validade próxima do vencimento ou fora do padrão de comercialização, porém que não apresente risco de ingestão, como uma alternativa de engajamento na causa.

Penso que você deve trazer também da sociedade civil alimentos que comprem e não consomem, que desperdiçam.

Visando contribuir para que este envolvimento seja reconhecido pelo setor empresarial, mas também pela sociedade de um modo geral, vamos conferir o “Selo Amigo da Cidade” às empresárias e empresários todas as pessoas que realizem a doação. A ideia é que essa condição de Amigo da Cidade, inicialmente, reflita o comprometimento do empresário com uma ação emergencial de combate à fome, bem como a sua fidelização no processo de doação de alimentos. Indique aqui se será uma ação semanal ou quinzenal

A equipe do Banco de Alimentos será formada por voluntários oriundos da sociedade civil, com a finalidade de garantir atuação apartidária ou sem vínculo religioso. Esses voluntários serão responsáveis por recepcionar, selecionar, separar e analisar a qualidade dos produtos e os entregar às entidades assistenciais. Estas entidades, por sua vez, se encarregam de distribuir os alimentos arrecadados à população, seja por meio de refeições prontas ou através de repasse direto às famílias de baixa renda.

O intuito é captar, por meio da equipe do Banco de Alimentos as doações de alimentos in natura ou gênero da indústria alimentícia, realizar a seleção e a separação de acordo com a forma de distribuição a ser realizada pelos nossos parceiros, neste caso, as entidades que prestação assistência social, cuja atribuição de distribuir os alimentos arrecadados.

#### **4.8 Metodologia**

O projeto contempla as dimensões do planejamento: racional, política, valorativa, técnico

administrativo:

**Dimensão Racional:** Esta dimensão está presente em todo o projeto, utilizamos a nossa capacidade teleológica da percepção, observação, reflexão, as ações que vão ser tomadas, identificando um problema real e concreto através da vivência dentro do CRAS e os rebatimentos negativos que podem ocorrer.

**Dimensão Valorativa:** Nessa dimensão apresenta o recurso da tecnologia como um veículo facilitador, centralizando poder e o aumento do controle. No nosso projeto esta dimensão é bem presente, pois todos os usuários cadastrados no Cadúnico nos dão a possibilidade de identificarmos o nosso público alvo devido alguns critérios a serem analisados: baixa renda, quantidade de filhos, local onde mora, trabalho informal, dentre outros. Na medida em que o usuário/a não conhece os demais serviços ofertados pelo CRAS, se limita só a uma política de renda, podendo ser inserido a outros programas.

**Dimensão técnico-administrativa:** Esta dimensão se faz presente em todas as etapas para a realização do projeto. Ela é uma dimensão que tem semelhanças com a operacional. Norteando as reflexões, atividades a serem executadas, direcionando, decisões, estratégias e táticas. Visando neste processo do planejamento atingir as metas no curto prazo.

Ao longo do processo de elaboração do planejamento percebo que se trata de um projeto sistematizado que estabelece um traçado prévio de operações de um conjunto de ações. O mesmo constitui como objetivos resultados definidos num determinado período de tempo e de acordo com o limite de recursos. O projeto ele tem prazo para ser colocado em prática e as ações desenvolvidas darem respostas imediatas mediante ao que foi planejado, analisando as questões de tempo e recursos.

#### 4.9 Cronograma

ATIVIDADES	NOV	DEZ	JAN	FEV	MARC	ABRI
Estudo do tema	X	X	X	X	X	X
Definição dos Objetivos e Estabelecimento de metas	X	X	X			
Montagem do projeto	X	X	X	X		X
Coleta de dados	X	X				X

<b>Análise de discurso</b>	X	X				
Reunião com agentes do projeto	x	x	x	x		
<b>Entrega da monografia</b>					x	
<b>Defesa da monografia</b>						x

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do DATASUS.

## 5. Considerações finais

Tendo em vista a proposta deste trabalho em analisar a questão da formulação de políticas e estratégias de combate à fome, a miséria e a pobreza como forma de garantir a segurança alimentar adequada às populações, tendo como recorte o Município de Barreiros-PE. A construção deste trabalho foi pauta na necessidade de compreender a fome como uma “expressão da questão social”, que é produzida e mantida pelo sistema econômico capitalista, que reforça tendo em vista o interesse em manter os ciclos de lucratividade.

Ao compreender que o Brasil é um País rico, constituído na produção de alimentos em grande escala, sendo a má distribuição um dos condicionantes da dificuldade ou inexistência do acesso alimentação na mesa de todos os brasileiros.

Se faz importante concluir que é de suma importância analisar historicamente o acesso a alimentação, enquanto direito humano, refletir o papel fundamental do Estado em garantir esse direito através de formulação de políticas públicas, incluindo a participação da sociedade civil no enfrentamento da problemática.

Ao compreendendo os condicionantes históricos que delimitam o acesso a alimentação e fortalecem as vulnerabilidades do usuário do Município de Barreiros, que por meio da intervenção promovida pelo CRAS, buscam o acesso a serviços/programa/projetos que venham a diminuir os agravos das expressões da questão social, que se intensificaram no período pandêmico e pós pandêmico. Em virtude dos resquícios de um governo negacionista, neoliberal e focada em ações que não atenderam a realidade da população mais pobre. Entendendo o que está previsto na Lei Orgânica de segurança Alimentar e nutricional, o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Sendo, portanto, a política de assistência, por meio do CRAS, o espaço de acolhida das demandas e promoção do acesso e contribuição dos usuários na formulação das políticas que garantam o acesso digno e correto a alimentação. “A assistência Social emerge como política estratégica, não contributiva, voltada para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o pavimento de mínimos sociais de inclusão e para universalização de direitos” (Yazbek, 2012.p 304). Entendendo a origem histórica da fome, contudo refletido os condicionantes que mantém e perpetua a fome enquanto categoria social na contemporaneidade, como citado pela autora, é papel da assistência social buscar estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades e promoção da universalização dos direitos. Os benefícios e programas apresentados neste trabalho, são referência para essa parcela da população que na maioria dos casos só têm o acesso a esses benefícios e projetos como forma de saciar sua fome.

Por fim, o plano de segurança alimentar via banco de alimentos, uma estratégia integrada, que promove e a reflexão acerca do papel dos agentes sociais na luta contra a insegurança alimentar e desconstrói a ideia da caridade, que coloca o sujeito como dependente das ações do Estado e responsáveis pela condição de vulnerabilidade, por meio de uma concepção de meritocracia. Tornando-se um espaço emancipatório, para se construir políticas e dialogar acerca do controle social.

## Referências

- ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidades e instrumentação**. – São Paulo: Veras Editora, 2013. – (Série livro-texto; 1)
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional (NOB/SUAS). Brasília, 2005. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br).
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social**. Política Nacional de Educação Permanente da Política Assistência Social. Brasília, 2013.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)**. Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2010. Disponível em: [www.mds.gov.br/suas/guia\\_protecao/cras](http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras).
- BRASIL. **O direito humano à alimentação adequada e o Fome Zero** In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília: MDS, 2010, v. II.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2010. Disponível em: [mds.gov.br/assistencia-social.../servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos](http://mds.gov.br/assistencia-social.../servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos).
- BOVOLENTA, Gisele Aparecida. **O benefício eventual da Loas como garantia de proteção social**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2016.
- CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Lucia Cortes da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social**. In: COSTA, Lucia Cortes da. Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FAO. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>> Acesso em: 31/10/2022.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez; 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GOVERNO FEDERAL. **Ministério da Cidadania: CAISAN**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/caisan>> Acesso em: 14/12/2022.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. Cortez, SP, 1999.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE 2020. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: jun. de 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.
- MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. **A pandemia de COVID-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo**. Coleção História do Tempo Presente, v. III, p. 225-249.
- MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MONTEIRO, C.A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. São Paulo. Estudos Avançados, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: ISBN, 2010.
- NETTO, Marx José Paulo. **Introdução ao estudo do método 1 – ed.** – São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflin 2001.
- OMS. **Organização Mundial da Saúde**. 2021. Disponível em: [www.paho.org/pt/brasil](http://www.paho.org/pt/brasil). Acesso em: 15 maio 2022.
- PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PIAZZA, Walter. **Os escravos em uma economia mini fundiária**. Florianópolis: Editora UDESC, 1975.
- SALOMÃO, L. MAZUI, G. **'Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira', diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>> Acesso em: 20/02/2023.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- SILVA, Simone Affonso da. **Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19**. Le Monde Diplomatique Brasil. Jun/2021. Acervo on-line. Disponível: em: <https://diplomatique.org.br/pobreza> HYPERLINK "https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19"
- SILVA, José Graziano. **O combate à fome no Brasil**. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch;
- SILVÉRIO, V. **O Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora**. Revista USP, n. 42, p.44-55, jun. ago. 1999. Raça, racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização. Campinas, 1999a. Tese [Dout.] Unicamp, IFCH Departamento de Sociologia.
- WERTHEIN, Jorge (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão**

**social.** Brasília: UNESCO, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.

